**BRASIL, MEU BRASIL AFRODESCENTE: O projeto de intervenção com os estudantes do sexto ano da Escola Municipal Eliane Carneiro Leão de Melo.[[1]](#footnote-1)**

Ana Maria Lúcia do Nascimento[[2]](#footnote-2)

Ana Maria Olimpio dos Santos[[3]](#footnote-3)

Steffany Maria Aparecida do Nascimento[[4]](#footnote-4)

Igor Lapsky da Costa Francisco[[5]](#footnote-5)

**Resumo:** Esse trabalho visa relatar a experiência do primeiro projeto de intervenção, produzido pelos residentes do Programa Residência Pedagógica, na Escola Municipal Eliane Carneiro Leão de Melo, localizada no município de Carpina – PE. A partir das observações de aula, nas turmas do 6º ano do Ensino Fundamental II, identificamos a necessidade de trabalharmos temáticas referentes a cultura africana e sua influência na construção da identidade afro-brasileira. Diante disso, o projeto objetivou alcançar dois pontos: debater tal temática em sala de aula apresentando para o educando a importância e relevância da mesma para nossa formação sociocultural. Logo, contrariando a desvalorização e “esquecimento” que certas instituições e docentes possuem sobre a temática, nos fundamentamos na Lei no 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana em todas as instituições de ensino do país, para elaborar o projeto; O segundo ponto objetivado foi sensibilizar o estudante a respeito das diversidades culturais. Para isso, utilizamos o livro de apoio – disponibilizado pela escola –, *Afro- Conhecendo a cultura africana* (2013) e diferentes fontes históricas como filmes, poemas e músicas relativos a cultura afro-brasileira. Dividimos as turmas em pequenos grupos, nos quais foram distribuídos temas diferentes, sendo eles dança afro, religiões de matrizes africanas, personagens importantes, entre outros, que contribuíram para a dinâmica de nossas atividades propostas. As experiências que obtivemos com o projeto foram satisfatórias, o interesse dos educandos em aprender, questionar e se empenharem nas apresentações foi notório.

**Palavras-chaves:** Ensino de História. Educação. Cultura afro-brasileira. Lei no 10.639/03.

**INTRODUÇÃO**

A cultura africana foi um dos pilares para o desenvolvimento da cultura brasileira. No período colonial povos africanos de diferentes regiões foram submetidos ao trabalho escravo e o Brasil foi um dos países que mais recebeu escravizados africanos. Diante disso, o trabalho, de início, apresenta uma fundamentação teórica sobre as definições do conceito de cultura e sua utilização no desenvolvimento da cultura afro-brasileira, com o objetivo de compreender a importância das diversas contribuições sociais que a cultura africana exerce sobre nossa formação social, sejam elas na dança, músicas ou em nossa culinária.

Historicamente, a cultura africana e afro-brasileira no ensino de História foi uma temática abordada de forma problemática, em que os africanos foram reconhecidos enquanto sujeitos passivos na História do Brasil. Nesse sentido, foi promulgada em 2003, a Lei nº 10.639/03, que tem como objetivo a inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira, em todas as instituições de ensino do país. Embora exista tal norma, ainda há docentes que ou rejeitam o assunto, ou quando o discutem, fazem isso através de uma visão eurocêntrica, na qual o africano é considerado como o outro, aquele que é inferior.

Logo, o ensino da História da África apresenta um amplo déficit, nos livros didáticos de História, por exemplo, observamos que ao relatarem o continente africano apontam primeiramente os pontos negativos, destacando a imagem de miséria, fome e pobreza, a qual o continente é categorizado. Sendo assim, cabe ao docente aprofundar mais o assunto para mostrar ao educando que a temática aborda muito mais que essas concepções. O docente, independente da disciplina que ministra, precisa ter conhecimento e levar para sala de aula conteúdos sobre a cultura africana e afro-brasileira. Para isso, precisam elaborar métodos didáticos que viabilizem o ensino aprendizagem de tal temática.

Foi através dessa necessidade que o projeto “Brasil meu Brasil afro descendente” foi implantado. Visando não apenas debater os aspectos gerais dessa cultura, mas também trazer para o cotidiano dos alunos da Escola Municipal Eliane Carneiro Leão de Melo, uma nova discussão que quebre os aspectos de intolerância que a ausência desse debate causa. Além de outras perspectivas que atravessam essa temática, o que se pretende neste artigo é discutir como a cultura africana, que foi tão importante na formação da nossa cultura, foi trabalhada através desse projeto. Diante disso, discutiremos os métodos e fontes usados para a aplicabilidade dele, os problemas e dificuldades para aplicar o projeto, assim como, os passos que nos levaram a construir com os alunos uma consciência histórica.

**DISCUSSÕES SOBRE O CONCEITO DE CULTURA**

O termo cultura é tema de uma grande discursão até hoje dentro do âmbito acadêmico. Sendo de extrema importância para as ciências humanas, desde o século XIX diversos antropólogos produziram trabalhos e pesquisas na busca de encontrar uma definição, isso resultou em múltiplos trabalhos que por diversas vezes apresentaram definições divergentes. O dicionário de conceitos históricos aponta que:

O significado mais simples desse termo afirma que cultura abrange todas as realizações materiais e os aspectos espirituais de um povo. Ou seja, em outras palavras, cultura é tudo aquilo produzido pela humanidade, seja no plano concreto ou no plano imaterial, desde artefatos e objetos até ideias e crenças. Cultura é todo complexo de conhecimentos e toda habilidade humana empregada socialmente. Além disso, é também todo comportamento aprendido, de modo independente da questão biológica.[[6]](#footnote-6)

Essa definição foi proposta no século XIX pelo antropólogo britânico Edward Tylor, até hoje apesar de ser a definição mais aceita, muitos antropólogos continuam estudando na tentativa de aperfeiçoar esse conceito.

Um desses antropólogos foi Franz Boas que se dedicou a uma crítica as teorias até então aceitas de uma visão evolucionista, na qual, existia uma hierarquia da cultura sendo o nível mais alto a cultura do ocidente. Boas acreditava que toda cultura se desenvolvia de forma particular, produzindo assim uma história própria que não deveria ser posta em nível comparativo com outra cultura.

Apesar de atualmente a antropologia não ter chegado em um conceito único e definitivo do termo cultura, há alguns pontos entre essas múltiplas definições que concordam entre si:

Um desses pontos afirma que diferenças genéticas não determinam comportamentos culturais, Cultura, ou seja, toda divisão de trabalho com base no sexo ou na raça, por exemplo, é cultural e não predeterminada pela natureza. A mesma premissa serve na afirmação de que o meio geográfico também não determina comportamentos culturais.[[7]](#footnote-7)

Esses estudos mostram que as discriminações sociais que utilização como base princípios biológicos como sexo e raça, ou princípios geográficos como a superioridade de uma região sobre outra, não possuem nenhuma cientificidade. Afirmar que determinadas atividades não podem ser realizadas por mulheres ou que existem atividades inferiores caracterizadas como “trabalho de negro” são discursos criados por pessoas que buscam justificar uma posição social dominante de alguns grupos em específicos.

O historiador Alfredo Bosi, trabalha com uma outra definição do termo cultura, para ele cultura é tudo aquilo que é passado por um povo aos seus descendentes de forma que essa educação contribua para a sobrevivência desse povo.

Bosi afirma que cultura é o conjunto de práticas, de técnicas, de símbolos e de valores que devem ser transmitidos às novas gerações para garantir a convivência social. Mas para haver cultura é preciso antes que exista também uma consciência coletiva que, a partir da vida cotidiana, elabore os planos para o futuro da comunidade.[[8]](#footnote-8)

Todas cultura possuem características próprias e todas sofrem transformações, quando analisamos um povo é necessário investigar sua história para entendermos as modificações que houveram. Uma característica importante é a interação entre diferentes culturas, pois elas são dinâmicas e mudam ao longo do tempo

**A CULTURA AFRO-BRASILEIRA**

A partir do século XVI, devido a colonização, o Brasil se tornou um dos países com o maior número de pessoas vindas da África como escravos. Quando os colonizadores portugueses se viram com uma escassez de mão de obra escrava e decidiram importar africanos de diversas áreas da África iniciou-se um processo que séculos depois tornaria o Brasil um dos países com uma das maiores diversidades culturais.

Esses negros transformados em escravos eram provenientes de diferente regiões e diferentes grupos étnicos e chegaram ao Brasil com toda sua bagagem cultural e histórico-social, aqui se depararam com uma realidade totalmente diferente a qual estavam acostumados. No continente africano o negro vivia em tribos e eram príncipes, no Brasil foram reduzidos a mão-de-obra escrava, não eram vistos como pessoas e sim como coisas, todos os estereótipos negativos recaiu sobre eles, sendo retratados como pessoas sem inteligências e sem cultura.

Uma das inúmeras dificuldades que esses africanos encontraram no Brasil foi encontrar mecanismos para manter sua cultura viva. A distância de sua terra natal, as diferenças entre eles mesmos, visto que as diferenças culturais das etnias africanas eram diversas, o predomínio da cultura europeia discriminando os costumes africanos, contribuíam para a pressão deles perderem sua cultura. Mesmo com todos esses obstáculos os negros não abandonaram seus costumes e sua religião, eram organizadas festas, adornos para o corpo e entoavam músicas que relembravam suas origens.

A arte de cantar e dançar sempre fez parte da alma sofrida dos escravos. Para os africanos, a música e a dança tinham ligação com mundo espiritual e poder de comunicação. Após vários dias de trabalho eles se encontravam, pois, segundo o pensamento dos senhores, “quem se diverte não conspira”.[[9]](#footnote-9)

A influência da cultura africana está presente em melodias e ritmos de algumas músicas brasileiras. Um dos ritmos mais conhecidos é o samba, se tornou o ritmo mais famoso da maior festa popular brasileira, o carnaval. Entre outros ritmos brasileiros podemos destacar o maracatu, que teve sua origem da necessidade dos chefes tribais do Congo de mostrarem sua força durante a escravidão, o batuque que tem como característica a batida dos tambores e o frevo, símbolo do carnaval Pernambucano, teve sua origem na capoeira modificando alguns passos para não sofrer repressão policial.

Reconhecida atualmente como patrimônio cultura da humanidade, a capoeira no passado chegou a ser criminalizada, seus praticantes eram perseguidos e presos. A origem da capoeira ainda é um tema controverso, alguns autores acreditam que a capoeira foi resultado de uma elaboração brasileira e outro reconhecem a capoeira como herança africana.

O mais importante não é superar essa controvérsia, mas compreender que o princípio da capoeira é africano, ou seja, trata-se de uma construção dos africanos e seus descendentes no contexto brasileiro, uma reelaboração da ancestralidade em outro tempo e lugar. Esse entendimento possibilita perceber que a capoeira sofreu adaptações, entretanto, guarda no seu desenvolvimento marcas da experiência e da expressividade negras. [[10]](#footnote-10)

A capoeira é conhecida como símbolo de resistência do povo negro durante o período colonial e em 1890 foi criado o decreto nº 487 do Código Penal que autorizava a prisão de capoeiristas a um período de dois a seis meses. Alguns dos motivos para essa forte oposição a capoeira e aos seus praticante estariam a visão da prática da capoeira como forma de luta, na qual, a arma era o próprio corpo e também a criação de heróis, as pessoas que ensinavam, que praticavam, os mestres se tornavam heróis entre os escravos.

Os mestres eram pessoas admiradas não só por sua força ou capacidade de vitória no jogo. Eram o emblema da coragem e da resistência de um povo e, como fonte de saber, faziam o elo com as tradições africanas. Sua atuação não se restringia ao jogo da capoeira que, por sua vez, não tinha início e fim na roda. A ação dos mestres era voltada para a construção da coletividade, do grupo, que, unido, resiste e constrói uma posição digna na sociedade. Expressavam, também, uma grande preocupação com as novas gerações: ensinar a capoeira era transmitir valores e produzir o futuro. [[11]](#footnote-11)

Só em 1934 durante o governo de Getúlio Vargas a capoeira foi retirada do código penal, no entanto deveria também ser retirada das ruas, só praticada em ambientes fechados. Anos depois, ainda no governo de Getúlio, a capoeira foi descriminalizada, se tornando um esporte.

A colonização da América foi resultado da procura pelas caminhos das índias, país que possuía uma grande valorização de especiarias. A alimentação brasileira foi formada a partir da presença de elementos indígenas, europeus e africanos e a cultura africana está muito presente na culinária brasileira nos diversos alimentos e temperos que foram introduzidos na nossa alimentação como o azeite de dendê, banana, o inhame e pimentas, além de pratos muitos conhecidos como o acarajé, mungunzá o vatapá, alimentos oferecidos aos deuses cultuados pelos africanos.

Alguns pesquisadores afirmam que só a entrada desses alimentos no Brasil não fora responsável pela permanência na alimentação brasileira, o que teria causado esse fenômeno foi a aplicação de técnicas da culinária das escravas que eram levadas a cozinha e obrigadas a cozinhar para a família dos senhores de engenho, aos poucos a comida dos brancos teria recebido essa influência negra.

Também pode-se reconhecer elementos da cultura africana no nosso vocabulário, palavras como Ogum, Iemanjá, macumba, axé, marimbondo, dendê, berimbau, caxumba são palavras incorporadas ao vocabulário brasileiro a partir do vocabulário africano.

Durante a colonização foram desenvolvidas as religiões afro-brasileira, esses cultos tem origem das práticas religiosas das tribos africanas. Devido a heterogeneidade da cultura africana, cada tribo possuía uma forma singular de promover seus cultos e suas celebrações. Ao chegar no Brasil esses africanos buscaram unir essas crenças para manter vida sua religiosidade, assim surgiu o candomblé. A outra religião que surgiu nesse contexto foi a Umbanda, diferentemente do candomblé, ela é formada por elementos de diversas religiões, elementos cristãos, africano e indígena.

O povo africano contribuiu de forma significante para a formação do povo brasileiro, seja através das músicas, das danças, das palavras, da comida ou das religiões, hoje é inegável deixar de reconhecer a mistura de raças existentes no Brasil.

**ANÁLISE DA APLICAÇÃO DA LEI N° 10.639/03 NO ÂMBITO EDUCACIONAL**

Historicamente, a cultura africana e afro-brasileira no ensino de História foi uma temática abordada de forma problemática, em que os africanos foram reconhecidos enquanto sujeitos passivos na História do Brasil. Nesse sentido, foi promulgada em 2003, a Lei nº 10.639[[12]](#footnote-12), que tem como objetivo a inclusão da *História e Cultura Afro-Brasileira,* em todas as instituições de ensino do país, destacando “a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil”[[13]](#footnote-13). Embora exista tal norma, ainda há docentes que ou rejeitam o assunto, ou quando o discutem, fazem isso através de uma visão eurocêntrica, na qual o africano é considerado como o outro, aquele que é inferior.

Sendo assim, de acordo com Santos (2015):

Nos ciclos do Ensino Fundamental, é necessário que as histórias brasileiras sejam ensinadas na íntegra, relatando a verdade ofuscada através do ‘Descobrimento do Brasil’, da ‘Missão Jesuíta’, da ‘Lei Áurea’, ressaltando, principalmente, a luta e a resistência dos negros africanos, tendo o cuidado de não dar ênfase à inferiorização do negro até os dias atuais, pois serviria como reforço negativo. Fazendo assim com que os alunos negros se enxergassem como componentes de uma ‘cor inferior’. Erro cometido pelos docentes durante décadas, mesmo sem a noção das consequências[[14]](#footnote-14).

Isto é, a desconstrução da imagem de inferioridade dos africanos deve ser discutida nas instituições escolares – sejam elas públicas ou particulares – e trabalhada, sobretudo, em sala de aula pelos docentes de diferentes disciplinas. É necessário que os docentes ao destrincharem tal temática em sala de aula utilizem diferentes fontes como documentários, músicas, vocabulários, entre outros, para realizar um diálogo aberto sobre a cultura africana e sua contribuição em nossa formação sociocultural, visto que “a cultura africana é rica em contos e mitos, o que dá margem para trabalhos variados. A influência da cultura na culinária, artesanato, músicas, danças e vocabulário podem ser trabalhados por muitos anos, devido a sua riqueza e complexidade”[[15]](#footnote-15).

Observamos que não existe uma série exata para o docente iniciar o ensino da cultura africana e afro-brasileira em sala de aula. A partir da Educação infantil o mesmo pode introduzir tal temática, pois “é necessário fazer com que a criança, mesmo pequena, perceba a diversidade a sua volta. É importante que bonecos e bonecas de cores diferentes estejam presentes na caixa de brinquedos da escola, para que as crianças se identifiquem com eles”[[16]](#footnote-16). Contudo, há certas limitações e empecilhos que as instituições de ensino impõem ao docente, principalmente, quando o assunto se refere as religiões de matrizes africanas. “Em alguns casos, os alunos que possuem outras religiões, são orientados a ignorar completamente quaisquer assuntos que tratem de religiões de matrizes africanas em sala de aula”[[17]](#footnote-17). Há também, a falta de interesse de certos docentes em abordarem tal temática com os alunos e isso contribui para a propagação de atos de desrespeito e de preconceito[[18]](#footnote-18).

No entanto, como aponta Ângela Medeiros e Eduardo Almeida (2007), a aplicação da temática em sala de aula tende a ser problematizada, pois são necessárias alterações efetivas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e nos cursos de capacitação propostos aos docentes. Pois, de acordo com os autores, “ao sancionar a Lei, o governo desconsiderou a realidade e apenas procurou preencher uma lacuna incômoda, ou seja, cumprir finalidades políticas”[[19]](#footnote-19). Logo, o despreparo de muitos educadores – apesar do Estado ter investido em cursos de capacitação, presenciais e não presenciais – faz com que a Lei não seja aplicada. Cabe então ao educador procurar medidas para lidar com essas contrariedades e debater a temática de modo coerente em sala de aula ou desenvolvendo projetos didáticos pedagógicos[[20]](#footnote-20).

Existem inúmeras formas de abordar o tema no âmbito escolar, sendo assim, nós residentes do Programa Residência Pedagógica, encontramos no projeto de intervenção “Brasil, meu Brasil, afrodescendente” uma forma de dialogarmos, com os alunos das turmas do 6o ano do Ensino Fundamental II, temas e atividades sobre a influência da cultura africana em nossa formação sociocultural. A faixa etária desses alunos corresponde à fase da adolescência e é neste período que o docente deve explorar de forma objetiva e através de atividades o estudo da cultura africana e afro-brasileira em sala de aula.

Desta forma, observamos que apesar das falhas que o sistema educacional brasileiro possui, há leis como a LDB 9.364/1996 e a Lei 10.639/2003, a qual obriga as escolas a ensinarem, junto aos currículos obrigatórios, a História da África e a cultura africana. Outro ponto significativo foi o reconhecimento do Dia da Consciência Negra, no dia 20 de novembro no calendário brasileiro. Para reprimir atos racistas, punindo os infratores da lei, também foi promulgada a Lei 9.459/1997. Isto é, aqueles que discriminam seus semelhantes pela cor de suas peles, podem pegar uma pena de um a três anos de prisão e ter de pagar multa[[21]](#footnote-21).

“A educação é um instrumento de formação de opiniões, consciência crítica e viabilização de mudanças na sociedade. Certamente tais mudanças não ocorrerão em curto prazo”[[22]](#footnote-22). No entanto, o conhecimento acerca da cultura afro-brasileira quando devidamente difundida e reconhecida, terá alcançado seus objetivos educacionais, os quais visam, sobretudo, a devida atribuição ao valor dessa cultura, para que assim, ocorra a redução expressiva de qualquer tipo de preconceito, principalmente os que se referem a cor de pele e a religiosidade dos afrodescendentes, pois, a contribuição dos mesmos para nossa formação enquanto identidade nacional deve ser distanciada do senso de inferioridade propagado erroneamente em nossa sociedade[[23]](#footnote-23).

**APLICAÇÃO DO PROJETO “BRASIL, MEU BRASIL AFRODESCENTE”**

Com a necessidade de trazer para o cotidiano dessas crianças o que é cultura e como a cultura brasileira foi sendo formado a partir de uma relação com a cultura africana, nós desenvolvemos o projeto “Brasil meu Brasil afro descendente.” O objetivo central era não apenas falar sobre a cultura africana, mas também sobre como essa cultura foi percebida e apreendida pela sociedade brasileira.

Diante desse tema gerador, criamos doze subtemas que foram divididos entre os aspectos culturais da resistência africana no período colonial, engenhos, figuras importantes, capoeira, religiões afro-brasileiras, ciclo da cana de açúcar, racismo, músicas e danças afro-brasileiras, comidas típicas, arte, vocabulário e cento e trinta anos da lei áurea.

Logo após realizarmos uma reunião com nossa preceptora e definirmos o passo a passo do projeto entramos em contato com a equipe gestora para apresentarmos o projeto e solicitarmos uma reunião com os pais dos alunos visto que necessitaríamos de um outro horário para os ensaios, como as aulas de história acontecem apenas na segunda-feira pela manhã, os ensaios não poderiam acontecer nesse horário, pois acarretaria um choque aos planos de aula da professora. Por isso, pedimos à permissão dos pais através de um documento assinado comprovando que os filhos deles podiam participar do projeto e especificamente dos ensaios que iriam acontecer sempre na segunda à tarde.

Para desenvolvermos o projeto trabalhamos especificamente com as turmas do sétimo ano A e B da Escola Municipal Eliane Carneiro de Melo que se encontra em Carpina, interior de Pernambuco. Como um de nossos objetivos específicos era explanar o máximo de subtemas possíveis, dividimos as turmas em grupos de cinco a sete pessoas. Esses grupos ficaram sobre orientação dos residente, nossa equipe conta com sete residentes ao total, sendo assim cada um ficou responsável por coordenar duas equipes.

Essa coordenação consistia primeiro em estudar o assunto pelo qual o grupo ficou responsável e posteriormente ministrar uma aula sobre o conteúdo, mostrando a importância da temática, como ele é encontrado no dia a dia do aluno e qual a necessidade de se falar sobre isso para que houvesse uma interiorização e posterior a isso os alunos pudessem expor o que filtraram na apresentação. Em segundo lugar, era dever do residente se encontrar com o(os) grupo(os) toda semana para organizar e ensaiar.

Os primeiros ensaios foram destinados a aulas de compreensão da temática, nessas aulas conversávamos com os estudantes sobre o projeto e aplicávamos aulas. Nos ensaios seguintes, começamos a detectar algumas dificuldades dos alunos, entre eles o maior impasse foi a leitura. Alguns alunos apresentaram dificuldade na compreensão da temática devido a dificuldade na leitura, possuíam muito problema para ler os textos de apoio e por conta disso, não conseguiam se expressar impedidos não só pela timidez, mas também pela vergonha de ser expor. Vale ressaltar também o problema da intolerância que algumas pessoas demonstraram frente ao tema da religião africana. Presenciamos o uso de termos pejorativos e caluniadores que nascem justamente da ausência de conhecimento sobre o assunto.

Por isso, nosso trabalho foi redobrado, porque tínhamos a consciência de que era necessário ensinar não apenas a pronúncia de algumas palavras, mas criar sentido para que houvesse o aprendizado. Para isso, utilizamos diferentes fontes históricas referentes à Cultura Afro-brasileira como, por exemplo, o livro pedagógico “Afro – Conhecendo a cultura africana”(2013) das autoras Geovana e Mirna Tilstcher; a música “Dandalunda” da cantora Margareth Menezes e o poema “O Navio Negreiro” de Castro Alves.

Em consequência disso, no decorrer de três semanas percebemos que as novas metodologias contribuíram para uma maior interiorização do assunto e os discentes conseguiram, não apenas compreender o assunto, mas explicá-lo. No dia dezenove de novembro de 2018 foi dado início ao festival. A princípio houve uma abertura no auditório da escola com a professora Verônica Dionísio que apresentou para os pais, os alunos, e o corpo docente da escola objetivo do festival e o que eles encontrariam tanto no auditório, que tinha os grupos formados e em outras duas salas.

Utilizando de três salas separamos as esquipes distribuindo quatro equipes por sala, as apresentações ocorreram apenas pela manhã com os alunos dos outros anos do fundamental II. De início, as turmas eram encaminhadas para o auditório e ao som da música “Dandalunda” assistiam à apresentação das meninas do sexto ano A, que trouxeram passos característicos da cultura afro. Em seguida, os alunos do sexto ano B apresentaram um pouco sobre a história da capoeira no brasil e fizeram uma roda de capoeira, posteriormente, os alunos se encaminhavam para os restantes dos grupos.

Analisando posteriormente os resultados que obtivemos com a experiencia do projeto, percebemos o quanto foi satisfatória. Percebemos o empenho dos alunos durante os ensaios, o interesse que eles tiveram em aprender para fazerem uma boa apresentação. Nosso objetivo de levar uma maior compreensão dos estudantes acerca de uma cultura tão importante para nossa formação social, que infelizmente não é muito trabalhada e valorizada, foi alcançado.

O projeto contribuiu também na nossa formação, aprendemos como elaborar um projeto, como lidar com dificuldades que poderíamos encontrar e, sem dúvida, a maior contribuição enquanto residentes foi estimular o maior contato com os alunos, uma vez que, no começo da residência nosso trabalho se restringia muito a observação das aulas, e não encontrávamos meios de estabelecermos uma relação com os alunos. O projeto abriu esse caminho, ajudando até na forma como desenvolvemos esse ano seguinte da residência pedagógica.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O debate sobre a cultura africana vem progredindo gradualmente, a escola tem como função ampliar esse debate em sala de aula ressaltando essas contribuições dentro da nossa sociedade. Como educadores, acreditamos na importância do desenvolvimento de novas metodologias que aproximem o aluno de temas que promovam consciência crítica, formação de opiniões e viabilização de mudanças na sociedade.

A Lei nº 10.639/03 na qual, tornou-se obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira em sala de aula, foi um primeiro passo na valorização dessa cultura tão importante na nossa sociedade. Logo, tanto a escola quanto os docentes devem utilizar métodos pedagógicos para o desenvolvimento de tal temática em sala de aula.

O desenvolvimento do projeto “Brasil, meu Brasil afrodescendente” foi uma grande ferramenta para aproximar os alunos dessa temática, que até então foi pouco debatida na escola. Quando levamos os alunos a refletirem sobre o "desconhecido", contribuímos para a quebra de tabus e preconceitos, isso foi notado pelos resultados do festival. Os discentes que antes demostravam intolerância começaram a entender as narrativas que contribuíram para a propagação do preconceito.

Esse é o papel do historiador afinal, tratar das narrativas como um processo de construção. E acima disso, o professor historiador deve sempre construir de mãos dadas com seus alunos.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **História e cultura africana e afro-brasileira na educação infantil**. Brasília: MEC/SECADI, UFSCar, p. 1-144, 2014. Disponível em: http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/about-this-office/single-view/news/historia\_e\_cultura\_africana\_e\_afro\_brasileira\_na\_educacao/. Acesso em: 02/11/19.

BRASIL, Presidência da República. **Lei 10.639 de 09 de janeiro de 2013**. Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/2003/l10.639.htm>. Acesso em: 02 nov. de 2019.

CARDOSO, Sérgio R. **Pitadas de africanidades:** culinária afro-brasileira em livros de receitas no século XX. São Paulo, p. 1-136, 2013. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100135/tde-05062014-213804/es.php. Acesso em: 02/11/19.

ERNANDES, Marly A. M. **A influência da culinária africana no Brasil**: Projeto de intervenção pedagógica na escola, Unidade Didática (para alunos). In. PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. superintendência de Educação. Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE: Produções Didático-pedagógicas, p. 1-26, 2013. Curitiba. V.2. (Cadernos PDE). Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes\_pde/2013/2013\_fafipa\_hist\_pdp\_marly\_angela\_martins\_ernandes.pdf. Acesso em: 02/11/19.

MEDEIROS, Ângela C.; ALMEIDA, Eduardo R. de. **História e Cultura afro-brasileira:** Possibilidades e impossibilidades na aplicação da Lei 10.639/2003. Revista Ágora, Vitória, n. 5, p. 1-12, 2007. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos\_teses/2010/Arte/artigos/cult\_afro.pdf. Acesso em 09/11/19. Acesso em: 02/11/19.

SANTOS, Ana Paula Borges dos Reis Queiroz. **Africanidades:** Um olhar pedagógico para o ensino da cultura africana em sala na aula. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação em Africanidades e Cultura Afro Brasileira) – Centro de Ciências Empresariais e Sociais Aplicadas, Universidade Norte do Paraná, Londrina, p. 1-12, 2015.

SANTOS, Maria A. **Contribuição do negro para a cultura Brasileira**. RTES – Temas em Educação e Saúde, v.12, n.2, p. p. 217-229, 2016.

SILVA, Helder K. **A cultura afro como norteadora da cultura brasileira**. PERSPECTIVA, Erechim. v. 38, n.144, p. p. 25-35, 2014.

SILVA, Kalina V.; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. 2,ed. São Paulo: Contexto, p. 1-440, 2009.

TILSTCHER, Geovana M.; TILSTCHER, Mirna B. **Afro-conhecendo a cultura africana**. 1.Ed, São Paulo: PAE, 2013.

1. Financiamento: Programa da Residência Pedagógica, CAPES. [↑](#footnote-ref-1)
2. Graduanda no curso de licenciatura em História pela Universidade de Pernambuco campus Mata Norte. anamarialuciadonascimento@gmail.com. [↑](#footnote-ref-2)
3. Graduanda no curso de licenciatura em História pela Universidade de Pernambuco campus Mata Norte. anamariaolimpio@hotmail.com. [↑](#footnote-ref-3)
4. Graduanda no curso de licenciatura em História pela Universidade de Pernambuco campus Mata Norte. steffanynascimento.sp@gmail.com. [↑](#footnote-ref-4)
5. Dr. em história comparada pela UFRJ; Me. em história pela UFRJ; atualmente é professor do Departamento de História da Universidade de Pernambuco - Campus Nazaré da Mata, na área de História Contemporânea e docente orientador do programa da Residência Pedagógica. igorlapsky@gmail.com. [↑](#footnote-ref-5)
6. CULTURA. In: SILVA, Kalina V.; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. 2,ed. São Paulo: Contexto, p. 85, 2009. [↑](#footnote-ref-6)
7. Ibidem, p. 85-86. [↑](#footnote-ref-7)
8. Ibidem, p. 86. [↑](#footnote-ref-8)
9. SANTOS, Maria A. Contribuição do negro para a cultura Brasileira. RTES – Temas em Educação e Saúde, v.12, n.2, 2016. p. 219. [↑](#footnote-ref-9)
10. Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **História e cultura africana e afro-brasileira na educação infantil.** Brasília: MEC/SECADI, UFSCar, 2014. p. 86. Disponível em: http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/about-this-office/single-view/news/historia\_e\_cultura\_africana\_e\_afro\_brasileira\_na\_educacao/. Acesso em: 02/11/19. [↑](#footnote-ref-10)
11. Ibidem, p. 89. [↑](#footnote-ref-11)
12. Esta lei, sancionada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no dia 9 de janeiro de 2003, para além de tornar obrigatório o ensino dessa temática, foi importante no sentido de inserir a luta dos negros e suas contribuições para o âmbito social, o político e o econômico enquanto assuntos relevantes a serem abordados em sala. Cf. § 1º, do Art. 26-A. [↑](#footnote-ref-12)
13. BRASIL, Presidência da República. **Lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003**. Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/2003/l10.639.htm>. Acesso em: 02 nov. de 2019. [↑](#footnote-ref-13)
14. SANTOS, Ana Paula Borges dos Reis Queiroz Santos. **Africanidades:** Um olhar pedagógico para o ensino da cultura africana em sala na aula. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós Graduação em Africanidades e Cultura Afro Brasileira) – Centro de Ciências Empresariais e Sociais Aplicadas, Universidade Norte do Paraná, Londrina, 2015. p. 12. [↑](#footnote-ref-14)
15. Ibid., p. 13. [↑](#footnote-ref-15)
16. Ibid., p.11. [↑](#footnote-ref-16)
17. Ibid., p.12. [↑](#footnote-ref-17)
18. Ibid., p. 12-13. [↑](#footnote-ref-18)
19. MEDEIROS, Angela C.; ALMEIDA, Eduardo R. de. **História e Cultura afro-brasileira:** Possibilidades e impossibilidades na aplicação da Lei 10.639/2003. Revista Ágora, Vitória, n. 5, 2007, p. 3. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2010/Arte/artigos/cult_afro.pdf>. Acesso em: 02/11/19. [↑](#footnote-ref-19)
20. Ibid., p. 4-5. [↑](#footnote-ref-20)
21. SANTOS. op. cit. p. 16-17. [↑](#footnote-ref-21)
22. Ibid., p. 16. [↑](#footnote-ref-22)
23. Ibid., p. 17-18. [↑](#footnote-ref-23)